

182
Pouso 21

TEXTO 36

QUARTA ADORÉS

Cécilia Azevedo

Ronald Raminelli



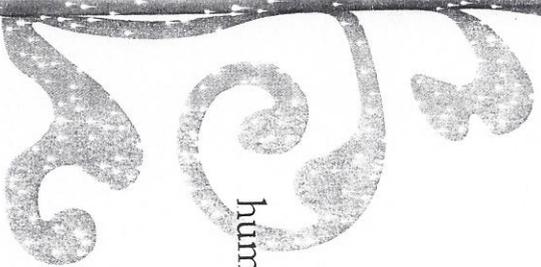
HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

NOVAS PERSPECTIVAS



Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile

Samantha Vrz Quadrat



EM ENTREVISTA AO *The Times*, jornal britânico de grande circulação, o presidente chileno Sebastián Piñera afirmou que após o episódio do resgate dos mineiros¹ o Chile seria “lembrado e reconhecido não por Pinochet, mas como exemplo de unidade, liderança, coragem, fé e êxito” (*El Mercurio*, 17 oct. 2010).

Sem dúvida, as ditaduras civil-militares da segunda metade do século XX ocupam lugar de destaque na história recente dos países do Cone Sul da América Latina. Mesmo que a pessoa não se interesse pelo tema, não consegue passar incólume por ele. Seja numa viagem de turismo por esses países, onde pode acompanhar uma das rondas das Mães da Praça de Maio em frente à Casa Rosada,² cartão-postal da cidade, ou observar as intervenções no espaço urbano,³ seja nas artes, nos filmes e nas peças, marcados intensamente por esse

1 Trata-se do resgate dos 33 mineiros que ficaram soterrados após um acidente na mina San Jose, no deserto do Atacama, Chile. O resgate, ocorrido no dia 13 de outubro de 2010, contou com ampla cobertura da imprensa chilena e internacional.

2 Desde 1977, as mães fazem a ronda ao redor da pirâmide da Praça de Maio (Argentina) toda quinta-feira, às 15h30. Nesse momento, é possível ver não apenas pesquisadores, mas também vários turistas tirando fotos e interagindo com as mães.

3 É o caso de placas em locais que foram centros de detenção, como o Estádio Nacional (Santiago-Chile); homenagens em escolas, sedes de partidos, universidades, estações de metrô; grafites; monumentos; memorial em cemitérios etc.

contexto (mesmo que em alguns casos o período sirva apenas de pano de fundo para o desenvolvimento da trama)⁴ na política, em que vários candidatos reivindicam seu passado de luta contra a ditadura ou são “acusados” por ele;⁵ ou ainda na própria imprensa, sempre que temos *datas convocantes*⁶ ou matérias sobre arquivos, testemunhos, identificação de ossadas de desaparecidos etc.

As ditaduras acabaram alterando o rumo dos direitos humanos no Cone Sul. Tema ainda incipiente nos anos 1970 (existiam apenas poucas organizações), com as ações ditatoriais os direitos humanos acabaram se tornando uma nova bandeira política. Além disso, como já analisamos em outra ocasião, a própria trajetória internacional dos direitos humanos acabou seguindo outro rumo a partir da instalação da ditadura pinochetista no Chile (Quadrat, 2008).

O objetivo deste capítulo é discutir o trio *ditadura, violência política e direitos humanos* procurando identificar as primeiras tentativas de explicar os acontecimentos dos anos 1960, 1970 e 1980 na América Latina e como, com o passar dos anos, o campo acadêmico se abriu para novas reflexões, mas, ainda assim, mantendo alguns temas intocáveis. Por limitação de espaço, enfocaremos três países: Argentina, Brasil e Chile.⁷

A escolha dessas três ditaduras corresponde ao desejo de pensar temporalidades, trajetórias e modelos bastante diferenciados. Momentos de afastamento e de aproximações. A ditadura brasileira, por exemplo, já foi chamada de *ditabranda* (ou *diamole*) em polêmica editorial da *Folha de S. Paulo*.⁸ Em muito essa ideia se deve à comparação com os países vizinhos, especialmente quando se pensa em número absoluto de mortos e desaparecidos. No entanto, *ditaduras são ditaduras* e existem diferentes formas de violência política sobre

⁴ São vários os exemplos que podemos citar aqui, mas vamos destacar filmes mais recentes, como *Tony Manero* (Chile, 2008) e *O segredo de sua oliba* (Argentina, 2009). A temática aparece, ainda que em menor frequência, em telenovelas. É o caso de *Montecristo* (Argentina, 2006).

⁵ Foi possível acompanhar essa situação na campanha à presidência no Brasil em 2010, em que Dilma Rousseff ora era valorizada por sua participação na luta armada, ora acusada de “terrorista” e “assaltante de banco” por setores da oposição.

⁶ Consideramos *datas convocantes* aqueles momentos em que a sociedade é chamada para refletir sobre o período. Normalmente são as datas dos golpes ou, no caso do Brasil, o dia 13 de dezembro, data da edição do AI-5, considerado o “golpe dentro do golpe”. Sobre o tema, ver Stern (2000) e Jelin (2009).

⁷ O editorial “Limites à Chávez” foi publicado pelo jornal em 17 de fevereiro de 2009. Segundo a *Folha de S. Paulo* (17 fev. 2009), *ditabranda*, entre elas a brasileira, eram as que “partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça”.

as quais devemos refletir que não significam exclusivamente a eliminação física do oponente.⁸

Dos três países, o Brasil foi o primeiro a sofrer o impacto do golpe em 31 de março de 1964. A ditadura brasileira duraria 21 anos, de 1964 a 1985.⁹ A ditadura chilena começou na data atualmente considerada símbolo desses golpes, 11 de setembro de 1973,¹⁰ e terminou em 1990, com a saída de Augusto Pinochet após a derrota no plebiscito de 1988. Por fim, a Argentina, que enfrentou um período de forte instabilidade política desde a deposição de Juan Domingo Perón, em 1955, passando pela ditadura de Juan Carlos Onganía (1966–1970), até o golpe de 24 de março de 1976,¹¹ que deu início à ditadura autodenominada Processo de Reorganização Nacional, que só terminou em 1983, com a eleição de Raul Alfonsín.¹²

Por meio do debate acadêmico, perceberemos como após os sucessivos golpes tentou-se pensar essas experiências a partir de traços comuns, mas como, com o avançar da produção bibliográfica, mesmo que sem muitas vezes abandonar a perspectiva comparada, o enfoque voltou-se para o que era peculiar a cada caso¹³ — buscando entender também de que modo o mesmo governo provocou impactos diferentes dentro de seu país.¹⁴

⁸ Em minha tese de doutorado comparei as formas de repressão, a opção de cada país no combate à oposição, até o estabelecimento de ações conjuntas, entre as quais se destaca o Plano Condor. Ver Quadrat (2005).

⁹ Não há no Brasil nenhum dia no calendário nacional oficial que sirva de *data convocante* para refletir sobre o período.

¹⁰ O dia 11 de setembro foi considerado o Dia da Liberação Nacional e transformado em feriado pela ditadura. Em 1998, o feriado de 11 de setembro foi alterado para a primeira segunda-feira do mesmo mês, durante o Dia da Unidade Nacional, uma maneira de lembrar as vítimas e também de buscar uma reconciliação nacional. A partir de 2002, o dia deixou de ser feriado, mas a referência permanece.

¹¹ Desde 2002, o dia 24 de março é considerado o Dia Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia. Em 2006 foi transformado em feriado nacional.

¹² Há uma extensa bibliografia sobre os processos de transição que inicialmente e a exemplo dos golpes começaram a ser pensados de maneira conjunta por meio de grandes moldes comparativos com países da América Latina e da Europa.

¹³ Lamentavelmente, por motivos de espaço, os livros escritos por militares, integrantes e/ou simpatizantes dos governos ditatoriais ficaram de fora deste capítulo — assim como os trabalhos dos brasilianistas.

¹⁴ Ver Catalá (2010:305–326) e Pino e Jelin (2009).

Geralmente, as ditaduras do Cone Sul têm sido pensadas a partir de um modelo comum baseado na doutrina de segurança nacional, criada e divulgada pelos Estados Unidos, país visto em alguns trabalhos como o grande responsável pelos golpes e manutenção dos governos autoritários deles oriundos.¹⁵ Não negamos a grande influência do governo estadunidense na política da região, especialmente no período da Guerra Fria,¹⁶ no entanto, é preciso ir além, avançar, reconhecer outras influências e levar em consideração, em primeiro plano, as próprias trajetórias desses países. Afinal, o golpe e a ditadura correspondem e respondem mais às questões internas do que propriamente à Guerra Fria e/ou aos interesses estadunidenses. Não é tarefa simples, pois a visão dos Estados Unidos sempre presente é forte, mas a historiografia tem avançado nesse aspecto.¹⁷

Os sucessivos golpes e as ditaduras instaladas no Cone Sul a partir dos anos 1960¹⁸ levaram cientistas políticos, sociais, economistas, historiadores (ainda que com certo atraso)¹⁹ e demais especialistas nas áreas das ciências sociais e humanas a pensar as razões que teriam levado à quebra da democracia.²⁰

¹⁵ Essa visão é muito presente para os casos do Brasil e do Chile. Entre os primeiros trabalhos podemos citar Parker (1977), Corra (1977) e Bandeira (1978). Sobre o Chile, ver Selser (1975), Kornbluh (2003), Verdugo (2003) e Bandeira (2008). Para ambos os casos, ver Ayerbe (2002).

¹⁶ Particularmente dois livros fortaleceram essa visão: Agre (1976) e Langguth (1979). O primeiro é de um ex-agente da CIA e causou bastante polémica entre seus pares, muitos dos quais o acusaram de traidor ao revelar ações secretas da "Companhia". Agre faleceu em 2008, aos 72 anos, em Cuba.

¹⁷ Para uma análise mais sofisticada das relações Brasil e Estados Unidos nesse período, ver Fico (2008) e Spektor (2009). Sobre o Chile, ver Aggio (2008) e Huneeus (2007).

¹⁸ Apesar de a chegada de Alfredo Stroessner ao poder ocorrer em 1954, sua posição inicial não possui o mesmo formato que os demais golpes. Contudo, com o passar dos anos, ganhou força o discurso anticomunista.

¹⁹ Para Fico (2004:20), esse atraso se justifica mais pelas dificuldades peculiares da história do tempo presente e da carência de fontes do que pelo desinteresse do historiador.

²⁰ Vários livros em consideração os trabalhos que fizeram análises regionais. Reconhecemos que há outras obras de referência, algumas sobre casos específicos, mas que pelo limite do texto não foram aqui incluídas. Chamamos atenção para o fato de a grande maioria desses primeiros trabalhos ter sido desenvolvida no exterior por pesquisadores do Cone Sul (que não dispunham de espaços para essas análises no país por conta da óbvia dificuldade que encontraram ou porque já estavam no exílio) ou estrangeiros (que, ao contrário dos primeiros, tinham mais acesso ao material e liberdade de pesquisa). Além disso, apresentavam forte influência da teoria marxista.

Inicialmente, e sobretudo para o Brasil, primeiro dos países a enfrentar a ditadura, falou-se em crise do Estado populista.²¹ Em 1968, quatro anos após o golpe no Brasil, Octavio Ianni lançou *O colapso do populismo no Brasil e, em 1975, voltaria à questão com A formação do Estado populista na América Latina*.²² No primeiro livro, Ianni traça a história do populismo no Brasil até o golpe de 1964. Para ele, a ditadura é uma consequência histórica de forças que se encontravam em confronto na sociedade brasileira naquele momento. O autor chega a usar a expressão "regime colonial-fascista"²³ para o governo oriundo do golpe de 1964, afirmando que o mesmo se utilizaria de uma *cultura do fascismo*, pois "a tendência para o fascismo é outra característica essencial da dependência estrutural" (Ianni, 1968:224). Já Francisco Weffort (1980:75), em *O populismo na política brasileira*, afirma que, "ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do 'regime populista'". Sem ter o controle do processo político e do movimento popular, já que a manipulação das massas, uma das características do populismo aportada por Weffort, havia sido rompida. Associado a essa perda do controle das massas, Weffort (1980:75) aponta ainda o esgotamento do modelo econômico.²⁴

Até 1964, as ciências sociais trabalhavam com dois modelos políticos: o democrático e o totalitário, esse último em função das experiências ditatoriais da primeira metade do século XX, como o nazismo e o fascismo.²⁵ Contudo, tanto a América Latina quanto a Europa pós-guerra enfrentaram outros governos que não se encaixavam nessas tipologias. Referindo sobre a questão, em 1964, Juan J. Linz publicou o artigo "An authoritarian regime: Spain", no qual propunha a existência de uma nova tipologia entre os dois polos, democrático

²¹ Para um debate sobre o conceito de populismo, ver Jorge Ferreira (2001). Na mesma coleção, Daniel Aarão Reis Filho analisa, em "O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita", o impacto e a aceitação dos livros citados nessa parte do presente texto, bem como realiza uma crítica às obras. Ver também o texto de Norberto Ferreras neste livro.

²² O tema seria tratado também em outras obras de sua autoria.

²³ Helio Jaguaribe — que de crítico do governo pela ausência da burguesia no aparelho do Estado passou a nutrir simpatia pela ditadura em função dos resultados do "milagre econômico" — usou a expressão "fascismo colonial" no artigo "Brasil: estabilidade social pelo fascismo colonial?", publicado originalmente em francês, em 1967, e em português no livro *Brasil: crises e alternativas*, em 1974.

²⁴ No prefácio à segunda edição Weffort refuta a teoria da dependência.

²⁵ Para um balanço bibliográfico desses conceitos, ver "Apresentação" em Rollemberg e Quadart (2010).

e totalitário, a saber: o regime autoritário. Na definição de Linz, os regimes autoritários seriam:

Sistemas políticos com um pluralismo limitado e não responsável; sem uma ideologia complexa que os norteasse, mas com mentalidades bem características; sem mobilização política, quer extensiva ou intensiva, exceto em alguns momentos do seu desenvolvimento, nos quais um líder ou, às vezes, um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites formalmente maldefinidos, que, no entanto, são bastante previsíveis [Linz e Stepan, 1999:57].²⁶

No estudo sobre a Espanha, Linz demonstrou que os quatro elementos identificados por ele como características centrais dos regimes autoritários e retratados na citação anterior “poderiam se manter de forma coerente, por longos períodos, como um sistema integrado e capaz de autorreforço, e contando com relativa estabilidade” (Linz e Stepan, 1999:58).

No entanto, em 1996, 32 anos depois, Linz reconheceu que o trio *democracia, totalitarismo e regimes autoritários* não dava mais conta dos novos governos do mundo oriental, afriano, Leste europeu e latino-americano (Linz e Stepan, 1999:58-59). Em função disso, em parceria com Alfred Stepan, propôs uma tipologia revisada com os seguintes modelos: democráticos, autoritários, totalitários, pós-totalitários e sultanísticos (Linz e Stepan, 1999:58).²⁷ Contudo, muitos autores ainda seguem usando o termo “regimes autoritários” porque concordam com a definição de 1964 ou para fugir da repetição da palavra “ditadura”, esquecendo, portanto, que a expressão refere-se a uma opção analítica e não a um simples sinônimo para a primeira.

Outra interpretação relativa não apenas aos golpes, mas aos próprios Estados construídos a partir deles, começou a ser gestada a partir da década de 1970 e, de maneira semelhante à anterior mencionada por nós, procurou afastar as ditaduras do Cone Sul das experiências fascistas europeias da primeira metade do século XX.

O chamado novo autoritarismo recebeu o nome de Estado burocrático-autoritário, consagrado nas publicações de Guillermo O'Donnell, *Modern-*

²⁶ Ambos os autores já tinham organizado uma das primeiras obras a tentar pensar os golpes de maneira conjunta. Ver Linz e Stepan (1978). São diversos volumes e um deles é especialmente sobre América Latina.

²⁷ Na categoria de sultanísticos os autores incluíam, por exemplo, o Haiti de Duvalier e a República Dominicana sob o comando de Trujillo.

nización y autoritarismo, de 1972, e *Análise do autoritarismo burocrático*, editado em espanhol em 1982,²⁸ em que o autor analisa a Argentina de 1966 até março de 1973, e por pesquisadores com trajetória já reconhecida, como Fernando Henrique Cardoso,²⁹ Albert O. Hirschman, Julio Cotler, entre outros, que tiveram seus trabalhos reunidos no livro *O novo autoritarismo na América Latina*, organizado por David Collier (1982b). Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (1982:44), “a preocupação inicial dos autores que tentaram caracterizar o novo autoritarismo na América Latina foi de distingui-lo não só dos regimes autoritários do passado, mas também dos fascismos e do corporativismo europeus”. Em linhas gerais, os Estados autoritários burocráticos seriam não democráticos — com a ausência de competição eleitoral e controle da participação política dos setores populares —, e os protagonistas incluíam tecnocratas (militares e civis) atuando em associação ao capital estrangeiro (Collier, 1982a:32).

René Dreifuss, em *1964: a conquista do Estado*, publicado em 1981, foi um dos primeiros a criticar o modelo de Estado autoritário burocrático, especialmente no tocante às suas generalizações, que não levaram em consideração, segundo o autor, as peculiaridades dos casos nacionais. Dreifuss foi também um dos primeiros a chamar a atenção sobre a participação da sociedade no golpe, denominado por ele “movimento civil-militar”.

Por fim, não podemos deixar de elencar os autores que se voltaram para os estudos das Forças Armadas latino-americanas e sua forte influência na história política da região. O mergulho no estudo das Forças Armadas era de suma importância, pois, além da influência em nossa trajetória, a segunda metade do século XX foi cenário também para muitas transformações na instituição, que pouco a pouco conjugou o caráter nacional com uma postura internacionalista de combate à “subversão”.

O militarismo na América Latina, ou seja, *a intervenção direta dos militares na política* suscitou — hoje menos do que nos anos 1960 e 1970 — inúmeros

²⁸ O recorte temporal analisado pelo autor vai do golpe de 1966, com o governo de Onganía, até março de 1973, momento das eleições presidenciais que permitiu o retorno do peronismo. Apesar de não haver consenso, O'Donnell incluiu ainda os casos de Brasil pós-1964, Argentina 1966-1970 e pós-1976, Chile e Uruguai pós-1973 e o caso mexicano do governo do PRI (Partido Revolucionário Institucional) no mesmo período.

²⁹ Fernando Henrique Cardoso tem dois livros importantes para esse debate: *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1975, escrito em parceria com Enzo Faletto em 1970) e *Autoritarismo e democratização* (1975).

debates acadêmicos que visavam explicar os motivos da ascensão militar na região. No decorrer desses estudos, vários pontos explicativos assumiram destaque, a saber: a existência de um tipo específico de relação civil-militar do “mundo ibérico”; a existência de uma tradição histórica de intervenção criada a partir dos processos de independências da região ocorridas no século XIX e a influência de governos estrangeiros que manipulariam as Forças Armadas de acordo com seus interesses — tese comum para as intervenções militares no contexto da Guerra Fria (Rouquié, 1991:175-193). Do senso comum a setores da academia, essas seriam as principais justificativas para a presença militar na política.

No âmbito das ciências políticas, dois autores que visavam explicar as intervenções militares adquiriram destaque.³⁰ O primeiro é Samuel Huntington (1966), para quem as intervenções devem ser compreendidas a partir das relações entre civis e militares.³¹ As Forças Armadas podem ser “chamadas” para o cenário político caso haja um ambiente de caos social, de disputas políticas acirradas que podem levar os militares a serem requisitados pelo grupo vitorioso ou o derrotado, e quando grupos civis buscam o poder e discutem temas caros às Forças Armadas, como guerra, corrupção e política externa. Ainda segundo Huntington, quanto maior a profissionalização das Forças Armadas, menor o número de intervenções. O segundo autor é Samuel E. Finer (2002),³² para quem as intervenções militares dizem respeito ao grau de desenvolvimento da cultura política de cada país — nada tendo a ver com o grau de profissionalização alcançado pelas Forças Armadas. Contrariamente a Huntington, Finer afirma que as intervenções militares podem até aumentar com maior nível de profissionalização à medida que o soldado se vê mais capacitado e se considera, em larga escala, mais cidadão e patriota do que um civil.

³⁰ Entre os trabalhos realizados por brasileiros, Edmundo Campos Coelho (1976) é uma das primeiras referências. Os estudos sobre as Forças Armadas no Brasil se consolidaram especialmente na Unicamp, sob a liderança de Eliczer Rizzo, autor de várias publicações sobre o tema e, posteriormente, no Cpdoc/FGV, que lançou a trilogia *A memória militar sobre o golpe, a repressão e a abertura*, sob a coordenação de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (também autor de vários livros sobre as Forças Armadas). D'Araujo e Castro lançaram ainda o livro *Gizel* com a reunião de várias entrevistas com o ex-presidente. Sobre a Argentina, podemos citar os livros de Porash (1994; são vários volumes) e os trabalhos de Carlos H. Acuña e Catalina Smulovitz (1995) sobre as Forças Armadas e o processo de transição. No Chile, podemos citar algumas das publicações de Felipe Agüero (2003; 2002, 1998).

³¹ A publicação original é de 1957.

³² A primeira edição é de 1962.

Na busca da compreensão da presença militar na América Latina, devemos mencionar ainda Alain Rouquié (1984) e Alfred Stepan (1975, 1980, 1988), mesmo que esse último se preocupe mais em compreender os casos brasileiro e peruano. Para Rouquié, as intervenções militares não devem ser consideradas uma experiência única, um modelo regional e atemporal. Devemos levar em conta as configurações sociais e políticas (as Forças Armadas não podem ser responsabilizadas pela instabilidade política) e também a formação dos exércitos e seu papel naquela sociedade e no Estado que representam. Já para Stepan, que a exemplo dos demais nota o descuido da academia de até então não estudar os militares, exista no Brasil a ideia de um “padrão moderador” para as Forças Armadas, ou seja, o poder militar seria chamado ocasionalmente para destituir um governo de maneira “cirúrgica”, e, assim que se restabelecesse a ordem, os militares devolveriam o poder aos civis. No entanto, na análise de Stepan, em 1964 houve uma alteração desse “padrão moderador”, já que os militares se viram ameaçados pelo governo de João Goulart, especialmente no que diz respeito à ordem e à hierarquia, e também se sentiam — a partir da profissionalização pela qual estavam passando — diante dos novos treinamentos, do fortalecimento da Escola Superior de Guerra e da doutrina de segurança nacional — capazes de ascender ao governo. Apesar de voltado para o caso brasileiro, o modelo explicativo do *novo profissionalismo* criado por Stepan foi adaptado para outros países da América Latina.

Essa visão de uma nova formação é compartilhada num tema ainda caro aos historiadores, especialmente no que diz respeito à organização que esses governos estabeleceram e à própria repressão: a doutrina de segurança nacional. Ainda nos anos 1970 começaram a ser divulgados os primeiros textos sobre a doutrina de segurança nacional, que já era mencionada, mas não era tratada com a ênfase que começa a receber após a publicação, em 1977, de *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*, do padre Joseph Comblin.

Na introdução, Comblin (1978:13) afirma que não podíamos chamar as ditaduras da América Latina de fascistas porque o termo teria naquela época “apenas uma conotação injunosa” e porque a permanência dessas ditaduras latino-americanas “supõe a existência de uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades nacionais e mantém a estrutura e coerência de cada um”, no caso a doutrina de segurança nacional.

O autor responsabiliza os Estados Unidos pela criação e divulgação da doutrina, que teria levado “a promoverem e manterem as ditaduras militares dos Estados satélites” (Comblin, 1978:15). Além disso, para Comblin (1978:16),

a doutrina da segurança nacional, vinda do exterior, em vez de passar por um processo de rejeição devido às particularidades dos países envolvidos, resulta, na realidade, em uma desnacionalização da vida social e política de cada um deles, ao ponto de dar a impressão de que, nesses regimes, a sociedade escapa ao controle do homem.

O livro apresenta as características da doutrina de segurança nacional, a influência dos Estados Unidos em sua criação e divulgação nas escolas e intercâmbios militares, o impacto e o desenrolar da doutrina em diferentes países, bem como questiona sua aplicabilidade e denuncia as consequências de sua utilização, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos.³³

Outro autor que se dedicou a compreender e discutir a doutrina de segurança nacional foi Jorge A. Tapia Valdés em *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur*, de 1980.³⁴

Valdés reconhece que não era novidade a intervenção das Forças Armadas na política. No entanto, segundo ele, “o peculiar e diferente é o uso e abuso da força militar e a intensificação da intervenção militar nos processos políticos regulares, com base numa doutrina política mais ou menos coerente e com pretensões de universalidade e internacionalidade” (Valdés, 1980:25).

Apesar de divergirem em alguns pontos, como a questão do fascismo, os dois autores concordam que a doutrina de segurança nacional serviu de motivação para o golpe e de alicerce para os governos ditatoriais, bem como foi fundamental no combate à *subversión*. Tal interpretação segue a marcar muitos trabalhos produzidos atualmente.

Com a doutrina de segurança nacional, a questão do desenvolvimento do país passou a estar intimamente ligada à segurança, pois sem a mesma a nação não alcançaria a prosperidade. Surgiu também o soldado profissional, “criado pela combinação das habilidades do especialista em violência com a do gerente e promotor de empresas civis de grande escala” (Valdés,

³³ O maior teórico sobre a ideologia da segurança nacional no Brasil foi o general Golbery do Couto e Silva (destacamos o livro *Conjuntura política nacional*, 1981, que aliou a da a geopolítica). Essa junção tinha como características principais a valorização do Brasil e de sua posição geográfica no Atlântico Sul, a integração nacional e o destino do Brasil, já traçado por sua natureza — a grandeza. Outro teórico, o general Meira Mattos (1977), acrescentaria que, se não houvesse uma liderança forte, he nada adiantariam tais características.

³⁴ Valdés recorre aos trabalhos de Harold D. Lasswell sobre a percepção de como as Forças Armadas estavam passando por transformações internas desde os anos 1940.

1980:22). Esses militares governaram Estados militarizados, tendo sob seu controle grandes populações por meio da repressão e da propaganda (Valdés, 1980:22).

Um dos pontos fundamentais da doutrina de segurança nacional — primordial para nossa próxima seção — diz respeito à questão da formulação do conceito de inimigo. Com a nova doutrina, o inimigo não era mais o que vinha de fora do país, e sim o que estava presente em seu interior. Desse modo, os países da América Latina enfrentavam uma guerra especial contra a subversão interna, o que estava sendo combatido não era um exército, mas uma ideia: o comunismo. Assim, deveriam ser alteradas também as estratégias de combate.

A existência de um inimigo interno, real ou imaginário, foi um excelente controlador social: além de atingir todas as classes sociais, permitiu que o Estado se utilizasse de uma legislação extraordinária e de exceção para combatê-lo (Valdés, 1980:226-227). Ademais, conclamava todo e qualquer cidadão a ser responsável pela segurança do país, incentivando a delação em nome da “segurança nacional”.

Para conter o avanço desse “inimigo” e se manter no poder, os militares procuraram exercer um excessivo controle na vida da sociedade civil, adaptando a doutrina à sua realidade. Isso acarretou um grande investimento no setor de inteligência, que, em alguns casos, além da coleta e processamento da informação, ficou responsável por exercer a repressão.

Apesar de reconhecermos o peso da doutrina de segurança nacional na estruturação dessas ditaduras, é fundamental apontar novos trabalhos que discutem outras influências no dia a dia da repressão. Sem dúvida, a ideia de inimigo interno é bastante forte, mas como combatê-lo efetivamente?

Em *Seguridad nacional y solución militar*, de 1987, Ernesto López analisa a mudança da doutrina de defesa nacional para a doutrina de segurança nacional dentro do Exército argentino após a queda de Perón, em 1955. Contudo, López chama nossa atenção para o “descobrimiento” das novas formas de guerra, a nuclear e a revolucionária, desvirtuando os Estados Unidos para a primeira, e a França para a segunda, por conta da derrota nas guerras na Ásia e ataque na Argélia. Essas novas experiências incentivaram a ideia de que não estávamos mais diante de uma guerra convencional e que era necessário buscar novas formas de combate. A questão não se afasta da doutrina de segurança nacional, mas aponta para a presença francesa por intermédio da formulação da doutrina de guerra revolucionária, logo chamada de guerra subversiva, e do oferecimento

de cursos e envio de militares, alguns ex-combatentes da Guerra da Argélia,³⁵ para países da América Latina, com destaque para a Argentina e o Brasil.

Segundo pelo mesmo caminho, João Roberto Martins Filho, que já escrevera o instigante trabalho *O palácio e a caserna* (1996), no qual questiona a existência de apenas dois grupos de militares brasileiros conhecidos como brandos/castelistas e duros, publicou em 2009 o artigo "Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974)".³⁶ A proposta de Martins Filho é identificar a influência da doutrina francesa na prática repressiva brasileira.³⁷ Para ele, a exportação das ideias francesas, mesmo derrotadas na Argélia, tem a ver com o anticomunismo e com a "busca de uma doutrina que aperfeiçoasse sua missão histórica (dos militares) e manutenção da ordem interna" (Martins Filho, 2009:199-200). Com as ideias francesas, Martins Filho (2009:200) aponta para a opção do aniquilamento do inimigo, numa ação na qual "o exército vencedor cruzou a fronteira entre a guerra e o morticínio".

Ao lado do trabalho de Martins Filho, posso citar minha tese de doutorado, *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*, defendida em 2005, na qual uma das principais preocupações foi identificar as trajetórias e os aspectos que permitiram as ações conjuntas entre as forças de inteligência e repressão dos países sob ditadura, com ênfase no Plano Condor. Uma das ideias centrais foi a identificação da formação de um pensamento comum, no caso a doutrina de segurança nacional, e da aproximação profissional e pessoal por meio de cursos conjuntos, como os ministrados na Escola das Américas (Panamá) e outras escolas estadunidenses; na Escola Superior de Guerra, Escola Nacional de Informações (ESNI) e no Centro de Treinamento de Guerra, Escola Nacional de Informações (ESNI) e no Centro de Treinamento de Manaus, todos no Brasil etc., e do intercâmbio de agentes para ministrar cursos esporádicos. Em alguns desses casos, como na Escola das Américas, os franceses ex-combatentes da Guerra da Argélia foram os primeiros professores; em outros, como no Centro de Treinamento de Manaus,

vieram como instrutores.³⁸ Foi o caso do general Aussaresses, adido militar da França no Brasil, entre 1973 e 1975.³⁹ O Centro de Treinamento de Manaus ainda é um mistério, mas várias indicações e a pouca documentação encontrada apontam para a presença de militares latino-americanos, estadunidenses e europeus, bem como de financiamento externo (Quadri, 2003:125-126).

Com essa questão da doutrina de segurança nacional e as formas de combater ao inimigo interno damos início aos dois outros aspectos que propusemos analisar no início do capítulo.

Violência política e direitos humanos

Com o retorno à democracia nos anos 1980, à exceção do Chile, onde Augusto Pinochet deixou a presidência apenas em 1990, ganharam espaço os livros de memória,⁴⁰ muitos dos quais escritos por ou sobre vítimas diretas da violência política com a preocupação de denunciar o que se passara nos chamados *porões da ditadura*.⁴¹

Mas não eram os primeiros livros. No Brasil, por exemplo, em 1966, Márcio Moreira Alves publicou o livro *Tortura e torturados*.⁴² São as primeiras denúncias de torturas feitas pela imprensa e que motivaram o governo Castelo Branco a enviar o então chefe da Casa Militar e futuro presidente Ernesto Geisel para apurar tais abusos. A investigação de Geisel terminou sem que ninguém fosse punido pelas violações dos direitos humanos ocorridas no governo ditatorial desde seus primeiros dias. Na Argentina, grupos de direitos

³⁵ Vários depoimentos no instigante documentário *Les escadrons de la mort, l'école française* (2003), de Marie-Monique Robin, confirmam essa experiência inicial.

³⁶ Aussaresses publicou dois livros contando sua experiência e defendendo suas ações militares (2001 e 2008).

³⁷ A produção cinematográfica também acompanhou esse momento. Nos anos 1980 foram produzidos, por exemplo, os seguintes filmes: *A história oficial* (Argentina), *Missing* (Chile), *Prá finta, Brazil* (Brasil).

³⁸ Nos anos 1980 houve o lançamento de muitos livros de memória. Alguns romaneados. Outros chegaram às telas de cinema. Podemos citar: Timmerman (1982); Gabeira (1980); Konitz (1984); Bonasso (1984); Sirtis (1981); Paiva (1985); Celiberti e Garrido (1989). Conviém ressaltar que as mulheres escreveram pouquíssimo sobre suas experiências. Normalmente, as experiências femininas são livros escritos por terceiros, como pesquisadores e jornalistas.

⁴² O livro está disponível em: <www.marciomoreiralves.com/livro.1966.htm>.

humanos, como Mães da Praça de Maio⁴³ e Centro de Estudios Legales e Sociales (Cels),⁴⁴ realizavam denúncias por intermédio de seus relatórios. No Chile, os primeiros registros foram escritos ou filmados por pessoas que estavam ou visitaram o país clandestinamente durante os anos pinochetistas ou ainda que saíram da prisão para o exílio.⁴⁵ É o caso de *Téjar verdes*, de Hernán Valdes (1996), em que o autor conta praticamente no formato de um diário seu cotidiano no centro de detenção com o mesmo nome que dá título à obra.⁴⁶

No caso brasileiro, os livros de Antonio Fon (1979), Ana Lagôa (1983) Mariana Helena Moreira Alves (1984) e Alfredo Naffah Neto (1985) foram algumas das primeiras referências junto aos livros de memória anteriormente citados. No caso chileno, *La represión política en Chile: los hechos*, de Maria Eugenia Rojas, escrito em 1988, descreve de maneira didática e com riqueza de informações a atuação da repressão nos anos Pinochet.⁴⁷ É o primeiro livro a levantar também um tema que permanece um tabu entre os pesquisadores do período: a participação feminina na repressão.⁴⁸ Ainda que recentemente tenhamos livros que analisem a participação das mulheres no golpe e na própria ditadura,⁴⁹ o tema da repressão permanece à espera de um estudo. Afinal, em alguns estados foram criadas as guardas femininas, em outros casos eram enfermeiras que atuavam como auxiliar nos partos de mulheres grávidas em centros de detenção e que depois tiveram seus filhos entregues ilegalmente para adoção, eram carcereiras em prisões femininas etc.⁵⁰ Além do livro de Rojas, destacamos também a trilogia *Chile: la memoria prohibida*, organizada por diversos autores e publicada em 1989.⁵¹ Além de analisar e denunciar os crimes contra os direitos humanos, a trilogia se destaca não por fazer uma análise global da repressão, mas por apresentar separadamente episódios que nos permitem

fazer uma radiografia da ditadura chilena. Alguns desses casos incentivaram a discussão sobre as relações entre sociedade e ditadura, como os que abordam a Igreja Católica e os integrantes dos partidos políticos. Ainda no caso chileno, por sua importância para os processos judiciais, há a publicação, em 1989, de *A carruana da morte*, de Patricia Verdugo, em que se denuncia o assassinato de 75 prisioneiros logo após o golpe.⁵² Por último, sobre a Argentina podemos identificar *El estado terrorista argentino*, de Eduardo Luis Duhalde, publicado em 1983. Com amplo material iconográfico, o livro discute a construção da ditadura argentina utilizando-se do conceito de terrorismo de Estado, que atualmente ganha destaque em vários trabalhos sobre a violência política em diferentes países do mundo. Para Duhalde, a política de sequestros e desaparecimentos é a face clandestina do Estado argentino para a implementação do terror, aspecto considerado fundamental pelo autor para a preservação da *orden social* (Duhalde, 1983:9; grifo do autor) e para a consequente mudança do projeto econômico (não analisado por ele) (Duhalde, 1983:9).

No entanto, foi a publicação dos livros *Nunca mais* que trouxe o debate para o cenário nacional. Por intermédio desses livros, a sociedade tomava “conhecimento” de forma estareçada do que se passara em seu país. Em muitos casos, foi o primeiro livro sobre a ditadura que muitas pessoas leram. Uma espécie de “introdução” nada fácil ao tema.⁵³

O primeiro a ser publicado foi o argentino, que acabou servindo de espécie de formato para os demais. Em 15 de dezembro de 1983, Raúl Alfonsín, primeiro presidente eleito pós-ditadura, criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) com a missão de receber e investigar as denúncias sobre os crimes de violações de direitos humanos.⁵⁴ Sob o comando do escritor Ernesto Sábato, a comissão recebeu cerca de 9 mil denúncias — número que gerou bastante polémica, pois divergia, e muito,

⁴³ Sobre as mães, ver Bousquet (1986) e Gorini (2008). Os sites das duas organizações também podem ser consultados em: <www.madresfundadoras.org.ar> e <www.madres.org>.

⁴⁴ Num contraponto à atuação das mães e sobre a criação dos Cels, ver Vicente (2006). Disponível em: <www.cels.org.ar>.

⁴⁵ Ver, por exemplo, Katz (1975).

⁴⁶ A primeira edição foi publicada na Espanha em 1974.

⁴⁷ Outros exemplos, como Katz, foram citados em notas anteriores.

⁴⁸ A maior parte dos livros diz respeito à resistência feminina à ditadura, sua experiência na luta armada e ante a tortura. Podemos citar: Arizaga, Largo e Palestra (1992); Rojas et al. (2002); Artis (2006); Carvalho (1999). As referências sobre as Mães da Praça de Maio estão na nota 43.

⁴⁹ São eles: Power (2008) e Cordero (2009).

⁵⁰ Embora Rojas aponte a presença feminina diretamente na tortura.

⁵¹ Ver Ahumada et al. (1989).

⁵² No Brasil o livro foi publicado em 2001. O episódio da Carruana da Morte acabou constituindo um dos principais processos contra as violações de direitos humanos no Chile, gerando inclusive a condenação de Augusto Pinochet (que recorreu alegando que sofria uma doença mental incurável) e do general Sérgio Arrieno Stark. No entanto, foi a primeira vez que o ex-ditador foi interrogado (ainda que em sua casa) por um juiz chileno por atos cometidos na ditadura.

⁵³ Vários países que passaram por situações de extrema violência têm publicações semelhantes, como Paraguai e Uruguai. Ver, por exemplo, Scipaj (1989).

⁵⁴ Na Argentina, após a queda da ditadura, ainda que com críticas de algumas organizações de direitos humanos, acompanhamos o “juízo a las Juntas”. É o início de um processo hoje conhecido como justiça de transição. Ver Araújo (2010a:29-33); Brito et al. (2002) e Fernández (2008).

do que foi apurado pelos grupos de defesa dos direitos humanos, que apontavam cerca de 30 mil mortos e desaparecidos. Em 20 de setembro de 1984, a comissão entregou os resultados dos trabalhos ao presidente e uma edição condensada rendeu a publicação *Argentina: nunca mais*. Com um prólogo bastante controverso, a publicação consagrou a criticada *teoria dos dois demônios*, na qual se reconheceu que houve violência de ambos os lados, ou seja, tanto das esquerdas armadas, como Montoneros e Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), quanto das direitas. Essa teoria também caracterizou as ações de Alfonsín, pois, se por um lado ele anunciou a abertura de processos contra os integrantes das três primeiras juntas militares que governaram o país, por outro anunciou também a abertura de processos penais contra os principais líderes revolucionários, como Mario Firmenich (preso no Brasil), Roberto Pereda e Fernando Vaca Narvaja.

Ao completar 30 anos de sua primeira edição, foi incluído um novo prólogo, sem a retirada do primeiro, mas onde se apresenta uma *nova versão*.⁵⁵ Como muito bem observou Crenzel (2008:175), o novo prólogo, assim como o primeiro, “não historiciza o passado de violência política e o horror que o país atravessou e omite, também, as responsabilidades do Estado, das Forças Armadas, da sociedade política e civil nos desaparecimentos anteriores ao golpe”. E mais: o novo prólogo, redigido durante um momento importante da história argentina de luta contra a impunidade aos crimes da ditadura,⁵⁶ a exemplo do primeiro, busca uma história totalizante, sendo que, nessa *reescrita* da história, a sociedade como um todo enfrentou a ditadura e a impunidade, não reconhecendo a luta solitária dos grupos de direitos humanos, desconhecendo que a luta por verdade, justiça e memória não foram simultâneas e omitindo as várias leituras sobre o passado ditatorial na Argentina (Crenzel, 2008:175).

O *Nunca mais* brasileiro não partiu de uma iniciativa do governo em tempos democráticos, mas das ações da sociedade civil, de grupos de direitos humanos, advogados, jornalistas e representantes de diferentes igrejas ainda durante o período ditatorial.⁵⁷ Sem caráter judicial, Ludmila Catela (2002:23) denomi-

⁵⁵ Contudo, a documentação do acervo da Conadep ainda não se encontra totalmente aberta para pesquisadores: O mesmo vale para o caso chileno.

⁵⁶ A partir da chegada de Néstor Kirchner à presidência da República, em 2003, o tema ganhou destaque na agenda do governo.

⁵⁷ Ver Arquiñocrese de São Paulo (1987). No caso brasileiro houve ainda a “resposta” militar com Giordani (1986).

nou o projeto “uma verdade roubada aos ‘segredos de Estado’”, pois ele foi estruturado a partir da cópia dos processos que tramitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março e 1979, ou seja, tendo como fonte a documentação produzida pela própria ditadura. Nesse sentido, utilizando o depoimento dos presos políticos, o projeto fez uma radiografia da repressão e dos próprios repressores.⁵⁸

A primeira edição de *Brasil: nunca mais* foi lançada em 1985 e ficou semanas na lista dos mais vendidos. A exemplo da sociedade argentina, a brasileira “tomava ciência” dos *anos de chumbo*, do alcance da tortura e das violações dos direitos humanos no país.⁵⁹

Somente em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil voltou-se ao tema com uma iniciativa do governo por intermédio da publicação da Lei nº 9.140/1995. Trata-se da criação da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos,⁶⁰ sob os auspícios do Ministério da Justiça, que tem buscado respostas para as mortes das vítimas da ditadura com o intuito de reconhecer a responsabilidade do Estado e indenizar os familiares. A comissão, também sem fins judiciais, não agrudou familiares ou militares.

Os resultados da comissão foram publicados em dois livros:⁶¹ *Dos filhos deste solo*, organizado por Nilmaríro Miranda e Carlos Tibúrcio em 1999, e *Direito à memória e à verdade*,⁶² organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República em 2007.⁶³ Em ambos, assim como no

⁵⁸ A história mais detalhada do Projeto Brasil: Nunca Mais pode ser encontrada em Weschler (1990).

⁵⁹ O acervo do Projeto Brasil: Nunca Mais está no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. A documentação é completamente aberta ao público, única exigência de dom Exaristo Arns ao doar o material. No Rio de Janeiro, há uma cópia dos 12 volumes na sede do Grupo Tortura Nunca Mais.

⁶⁰ Uma das primeiras referências com os nomes dos mortos e desaparecidos é o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (1995). Outra referência é: Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos/Leve (2009).

⁶¹ Devemos ressaltar que nem essa comissão nem a de Anistia, também instituída no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, são Comissões da Verdade. A criação de uma Comissão Nacional da Verdade está indicada no Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Disponível em: <www.direitoshumanos.gov.br/pndh>. Outro ponto a ser destacado são as demais publicações da Secretaria sobre o tema *Direito à Memória e à Verdade* (2010, 2009a, 2009b). No dia 10 de dezembro de 2010, a secretaria lançou, junto com o MEC, o CD-ROM *Direito à memória e à verdade* para ser distribuído nas escolas.

⁶² Ironicamente, a edição contou com o apoio da Fundação Ford.

⁶³ A Comissão de Anistia, instituída desde o governo Fernando Henrique Cardoso, tem sofrido duras críticas da sociedade. Afinal, como aponta Araújo (2010b), a política reparatória prevê indenizações mais de caráter *trabalhista* (grifo da autora) do que político.

novo prólogo argentino, há a pretensão de uma história totalizante, na qual a sociedade brasileira teria resistido como um todo à ditadura.⁶⁴

Já a publicação do *Nunca mais* chileno corresponde aos resultados dos trabalhos da Comissão Rettig.⁶⁵ A Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación foi criada pelo primeiro presidente eleito pós-ditadura, Patricio Aylwin. Liderada pelo senador Raúl Rettig, a comissão deveria investigar com o intuito de esclarecer, mas sem implicar condenações legais, as violações contra os direitos humanos ocorridas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990. O trabalho da comissão foi todo realizado com base em testemunhos dos sobreviventes, haja vista que foi prejudicado pela ausência de documentos oficiais do Estado.

Em 1999, mais uma tentativa. Dessa vez com a Mesa de Diálogo sobre Derechos Humanos.⁶⁶ Os objetivos da Mesa “eram condenar as violações de direitos humanos em termos de ‘nunca mais’ e encontrar uma maneira de rever o destino dos detidos-desaparecidos” (Roniger e Szajder, 2004:330). Nessa ocasião, militares, advogados, representantes da sociedade e dos familiares foram convocados com o intuito de esclarecer os desaparecimentos. Muitas informações prestadas pelas Forças Armadas eram imprecisas ou errôneas. Além disso, um ponto que gerou polémica foi a lei aprovada no Congresso que resguardava a identidade de quem fornecesse informações sobre os desaparecidos — ainda que alguns procedimentos tenham sido esclarecidos (Quadrat, 2005). Em 2003, 30 anos depois do golpe, Ricardo Lagos criou a Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos e Víctimas de Prisión Política y Tortura.⁶⁷ Além de aprofundar o Informe Rettig, a comissão incluiu os sobreviventes vítimas da tortura, que não haviam sido contemplados no primeiro caso.

⁶⁴ No livro *Dos filhos deste solo*, Miranda e Tiburcio (1999:19) falam em “herança maldita” (parlavras dos autores) da ditadura: a tortura, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, especialmente contra setores excluídos da sociedade, e a militarização da polícia. No entanto, discordamos dessa visão de herança da ditadura. Algumas dessas ações apontadas pelos autores já faziam parte da polícia Brasileira em períodos democráticos e alguns desses policiais, como Sérgio Fleury, foram chamados para agir no combate à oposição justamente por essa experiência. A diferença é que com a ditadura essas ações viraram uma política de Estado — agora não mais restritas às classes pobres, mas atingindo também as médias.

⁶⁵ Há uma versão estenográfica encontrada apenas em sobos: *Informe Rettig* (1991). É uma nova versão re-duzida, corrigida e atualizada do informe que é facilmente encontrada: *Nunca más en Chile* (1999). O informe também está disponível em: <www.dhh.gov.cl/dhh_rettig.html>.

⁶⁶ Disponível em: <www.derechos.org/nizkor/chile/doc/mesa.html>.

⁶⁷ Disponível em: <www.comisionvalech.gov.cl>.

Como vimos, tanto para o caso brasileiro quanto para o chileno tais comissões não têm caráter judicial, ou seja, não foram/são criadas para levar aos tribunais os acusados de envolvimento com violações de direitos humanos, mas para esclarecer, *excetuar* a história considerada *verdadeira*. Com caráter judicial ou não, essas comissões, criadas em vários países do mundo que passaram por forte repressão, têm recebido no nome a palavra “verdade”.⁶⁸ Outra perspectiva é a da reconciliação ou para a paz,⁶⁹ tema ainda bastante polêmico.

Algumas dessas comissões, sem o fornecimento da documentação oficial por parte do Estado, contam, sobretudo, com o testemunho das vítimas diretas ou indiretas da repressão. Como afirma Maricra Ferreira (2006:200), “os resultados dos projetos testemunhais podem ser vistos como a escrita da história, especialmente pelo grande público”. E nós, profissionais da história, como devemos trabalhar com eles e seus produtos? Por serem tratados como verdade, qual seu lugar para os pesquisadores?

Para Maricra Ferreira (2006:201), “essas memórias em circulação, expressas por exemplo nos projetos testemunhais, não são boas ou más em si mesmas, sobretudo cabe dizer que essas memórias, mais do que possibilitarem uma compreensão do passado, atuam no presente”. Crenzel (2008), ao analisar a história do *Nunca mais argentino* apresenta argumento semelhante. Mais do que falar do passado, esses livros e suas trajetórias referem o presente, a construção da memória e os ressignificados do passado.

Nos primeiros trabalhos sobre a violência política, as principais vozes eram das vítimas da ditadura,⁷⁰ o que levou a uma dura crítica de Sarlo (2005).⁷¹ No entanto, sem entrar no mérito da questão levantada por Sarlo, devemos lembrar que, num primeiro momento, o acesso aos documentos da repressão era extremamente difícil. Não porque leis condicionavam nosso acesso, como nos dias atuais, mas porque essa documentação ainda não havia sido localizada ou, se localizada,

⁶⁸ Um balanço dessas comissões pode ser encontrado em Cuevas, Rojas e Baeza (2003).

⁶⁹ Algumas investigam as ações tanto da esquerda quanto das direitas. Ver Comisión de Entrega de la Comisión de la Verdad y Reconciliación (2008). Disponível também em: <www.cvcrdad.org.pe>. Ou ainda não eram necessariamente sobre um governo ditatorial, como o caso da África do Sul, que criou uma Comissão da Verdade e Reconciliação para investigar as violações dos direitos humanos durante o regime de segregação racial, o *apartheid*. Ver Grossman (2000:7-4).

⁷⁰ Além do que já citamos no decorrer do texto, podemos mencionar Calveiro (1998). O livro de Calveiro, originado de sua tese de doutorado, mescla sua experiência de ex-presa política com o trabalho acadêmico.

⁷¹ Para uma crítica a Sarlo, ver Okrent (2008).

ainda não havia sido tratada.⁷² Nesse sentido, por exemplo, podemos identificar os arquivos tanto dos Dops brasileiros,⁷³ encontrados nos anos 1980, quanto do Terror,⁷⁴ no Paraguai, localizados em 1992. Na Argentina, a localização da documentação da Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA), sob a guarda da Comisión Provincial por la Memoria,⁷⁵ La Plata, e aberto ao público, pesquisadores e juristas, acabou constituindo um aspecto importante dos processos judiciais argentinos. Com a criação do Espaço para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos, no antigo prédio da Escola de Mecânica da Armada (Esma), destacado centro de detenção durante a ditadura, temos o Archivo Nacional de la Memoria, que reúne a documentação da Conadep e outros acervos que têm sido localizados.⁷⁶ Já no Chile não temos acesso à documentação oficial da repressão, de órgãos importantes como a Dirección de Inteligencia Nacional (Dina) ou Central Nacional de Informaciones (CNI). Contudo, podemos trabalhar com os fundos disponíveis na Biblioteca Nacional chilena⁷⁷ e nos Archivos Nacional Histórico e de la Administración.⁷⁸ Outra possibilidade é a documentação produzida e/ou obtida pelas organizações de direitos humanos, como a Vicaría de Solidaridad, Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos Del Pueblo (Codedpu)⁷⁹ e Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic).⁸⁰ Além disso, o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, inaugurado por Michelle Bachelet, em janeiro de 2010, possui biblioteca e centro de documentação.⁸¹

⁷² Sobre o tema dos arquivos, ver Catela e Jelin (2002).

⁷³ As referências podem ser encontradas no portal do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): <www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

⁷⁴ Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos: <www.pj.gov.py/cdya>. Ver também o livro de Boccia, González e Palau (1994).

⁷⁵ Disponível em: <www.comisionporlamemoria.org/>.

⁷⁶ Há um projeto conjunto intitulado Patrimônio Documental sobre los Derechos Humanos, integrado por arquivos de várias instituições, como Memoria Abierta, Cels, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, entre outros, que pode ser consultado em: <www.derechos.org/nizkor/argentina/tema/patrimonio/intro.htm>. Em janeiro de 2010, Cristina Kirchner ordenou a entrega e a desclassificação dos documentos, salvo sobre a Guerra das Malvinas (1982).

⁷⁷ Há um projeto bastante interessante chamado Memoria Chilena, que disponibiliza digitalmente documentos de vários períodos da história do país. Ver: <www.memoriachilena.cl/index.asp>.

⁷⁸ Disponível em: <www.dibam.cl/archivo_nacional/>.

⁷⁹ Disponível em: <www.codedpu.cl>.

⁸⁰ Sobre a Fasic, ver Garcés e Nicholls (2005).

⁸¹ Disponível em: <www.muscodelamemoria.cl/>.

Os primeiros trabalhos sobre a violência política tinham duas grandes marcas: a denúncia da tortura como prática de Estado e a descrição do funcionamento da repressão abriram o caminho para novos estudos sobre o tema. Incentivado pelo acesso às novas fontes e pela consolidação da história do tempo presente nesses países, vimos crescer o número de trabalhos sobre o tema. O exílio, também considerado uma face da repressão, ganhou destaque.⁸² A violência política foi repensada não mais em termos totais/nacionais, mas em questões específicas como etnia, gênero e local,⁸³ e em ações conjuntas, como o Plano Condor.⁸⁴ A resposta de setores da sociedade foi estudada especialmente por meio da fundação de grupos de direitos humanos.⁸⁵ No entanto, sobretudo os trabalhos sobre construção da memória da repressão ocuparam lugar de destaque⁸⁶ — mantendo ainda profundo diálogo interdisciplinar, como a psicanálise, e introduzindo a questão da subjetividade que pode ser vista nos estudos já citados sobre exílio, trauma⁸⁷ e situações-limite.⁸⁸

Um aspecto que tem sido questionado por uma parcela da atual historiografia é a ideia de *porões da ditadura*, na qual a sociedade não sabia o que ocorria com os detidos acusados de *subversão*.⁸⁹ Essa questão já deveria ter sido posta em xeque à medida que os informes *Nunca más* demonstraram que

⁸² Entre esses trabalhos, ver Arrigas (2006); Franco (2008); Jensen (2007); Quandt (2011); Rollemberg (1999); Sznajder e Roniger (2009); Yankelovich e Jensen (2007).

⁸³ Ver notas 14, 41, 43 e 48 deste capítulo.

⁸⁴ Ver Calloni (1992); Dinges (2004, já traduzido para o português); Mariano (2002); McSherry (2009); Quandt (2005). Tanto para Dinges quanto para McSherry, o Brasil tem papel secundário e pouco aparece em ambos os trabalhos.

⁸⁵ Alguns já citados no decorrer do texto.

⁸⁶ Um exemplo é a coleção *Memorias de la represión*, publicada pela editora Siglo XXI. A coleção reúne os resultados do projeto Memoria de la represión en el Cono Sur y Perú, coordenado por Elizabeth Jelin e Carlos Ivan Degregori, dentro do Panel Regional de América Latina do Social Science Research Council, com financiamento das fundações Ford, Rockefeller e Hewlett. Ao longo de três anos, jovens pesquisadores do Cone Sul, Peru e Estados Unidos discutiram e pesquisaram a construção da memória da violência política. A coleção congrega avanços teóricos e um amplo leque de temas, como jovens, Igreja, ditos, monumentos, arquivos, forcas Armadas etc. Alguns dos livros foram citados no decorrer deste capítulo.

⁸⁷ Ver Jelin e Kaufman (2006).

⁸⁸ Ver Catela (2001).

⁸⁹ Da mesma maneira que os primeiros trabalhos sobre a repressão foram influenciados por pesquisas relacionadas a *Shoa* — como os livros de Pollak (1996) e Primo Levi —, a questão tem recebido influência direta da historiografia sobre as ditaduras europeias. Podemos citar: Gellately (2002); Kershaw (2004); Laborie (2003 e 2001), entre outros. Um balanço dessas questões pode ser encontrado em Rollemberg e Quandt (2010) e também em Lmowich (2007).

a grande maioria das detenções realizadas pelas forças de repressão ocorreu em locais públicos e durante o dia. Reforça ainda essa noção o fato de que muitas vezes os familiares dos atingidos pela repressão eram isolados pelos vizinhos. A ideia que predominava na sociedade é que “algo eles haviam feito”. O mesmo vale para o trabalho de identificação dos centros de detenção considerados clandestinos.⁹⁰ Alguns eram ao lado de escolas, em delegacias, em bairros residenciais,⁹¹ em oficinas⁹² e casas.⁹³ Num estudo sobre a repressão e sua relação com a sociedade de Rosário, Argentina, Gabriela Aguilá (2008:343) sustenta que o exercício da violência não é o único fator explicativo para a convivência com a repressão. Para a autora, “seja pela corda do consenso, seja pelo medo, o clima social e político dominante se adequou aos objetivos da ditadura, gerando uma sociedade aparentemente despolitizada e que aceitava, resignadamente ou de bom grado, a nova ordem das coisas, ao menos durante os primeiros anos” (Aguilá, 2008:343).

Nesse mesmo sentido, uma questão ainda encontra enorme resistência, submetendo muitas vezes o pesquisador a um julgamento. São os casos dos estudos das direitas (atualmente em menor escala) e da participação da sociedade na construção do Estado ditatorial por meio de sua indiferença, consentimento ou do consenso obtido por esses governos.⁹⁴ Podemos falar em golpes e ditaduras civil-militares? Como falou Daniel Araújo Reis Filho (2000:9) sobre

⁹⁰ A realização de um mapeamento dos centros transitórios e permanentes de detenção é um dos principais trabalhos do grupo Memória Abierta, Argentina. Disponível em: <www.memoria-abierta.org.ar>.

⁹¹ Caso do DOI-Codi do Rio de Janeiro, localizado na Tijuca, ou da calle Londres, centro de Santiago, Chile, perto da igreja de São Francisco e em frente a um hotel. Trata-se de um dos locais da Dina. Atualmente, na calçada, é possível ler nomes de pessoas que desapareceram nesse centro de tortura.

⁹² Caso da Oficina Oletti, Buenos Aires, Argentina, por onde passaram prisioneiros e agentes estrangeiros. Esse local foi de extrema importância para o Plano Condor.

⁹³ É o caso da Mansión Seré, Argentina, retratado no filme *Crónica de una fuga* (2006).

⁹⁴ A definição de consenso vem sendo alterada ao longo dos anos. Para essa trajetória, ver o artigo “O fascismo italiano: entre consentimento e consenso” de Didier Musielak. Estou trabalhando com a seguinte definição, de Reis Filho (2010): “O conceito de consenso [...] designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benevolente, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrentes todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo. A repressão, e a ação da polícia política em particular, podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação”.

o caso brasileiro, a sociedade construiu para si a memória da resistência na qual “a ditadura fora uma noite”. O mesmo raciocínio pode ser levado em consideração para os demais países. No caso chileno, aparentemente temos a errônea visão de que o país se encontra dividido em dois.⁹⁵ No entanto, apesar de a divisão não ser exata, as manifestações a favor ou contra o golpe no 11 de setembro ou por ocasião da morte de Pinochet demonstram que a ditadura deixou fissuras ainda difíceis de serem superadas (Quadrat, 2009a). Na Argentina, Lvovich e Bisquert (2008:24) afirmam que

boa parte da sociedade civil, a julgar pelas declarações da maioria das organizações políticas e sociais que podiam fazer ouvir sua voz, não só não questionou a imagem construída pela ditadura para justificar sua ação repressiva, mas, em ocasiões, a apoiou decididamente.

Com destaque para o futebol (Copa do Mundo de 1978 e Mundial de Juniores de 1979) e a Guerra das Malvinas (1982). Se tais momentos foram fundamentais para a denúncia do que se passava no país, serviram também para manifestações de apoio ao governo: as bandeiras e saudações a Videla nos estádios de futebol e na Praça de Maio após a conquista da Copa de 1978, as propagandas ufanistas publicadas nos jornais, a doação de recurso para a Guerra das Malvinas são alguns exemplos desse apoio. Para os autores, a luta dos organismos de direitos humanos desde o período ditatorial deu início à construção de uma memória da resistência hoje predominante na Argentina, inclusive porque encontra o apoio do Estado, mas que ao longo dos anos passou por períodos de mudanças, como o momento da divulgação da *teoria dos dois demônios*⁹⁶ (Lvovich e Bisquert, 2008:24).

Catela (2000) chama atenção para como os familiares, mães, hermanas, esposas, amigos e *hijos*, diferentes gerações, em diferentes momentos, revidaram/construíram a imagem de seus filhos/esposos, amigos/pais ao longo do tempo.⁹⁷ Ao trabalhar em momentos distintos com as entrevistadas para sua tese de doutorado (Catela, 2001), a autora observou o que podia ou não ser dito

⁹⁵ Ver Huneeus (2003).

⁹⁶ Ainda que não apresente consenso, para uma análise da teoria dos dois demônios ver Vezzetti (2002).

⁹⁷ Não podemos esquecer que muitos dos organismos de direitos humanos foram formados por laços familiares.

em nome muitas vezes da preservação do lugar de vítima, nem que para isso fosse necessário silenciar sobre a militância (Catela, 2000). E como os *hijos*, que também compartilham a imagem de um passado idealizado, recuperaram justamente essa militância silenciada graças ao contato com pessoas da mesma geração de seus pais. Afinal, durante muito tempo na Argentina, e dentro dessa perspectiva de uma memória que se transforma, os sobreviventes e/ou exilados foram malvistas em detrimento dos mortos e desaparecidos, esses os grandes heróis. Somente à medida que esse passado de militância é reconhecido e que os sobreviventes se transformam em testemunhas fundamentais do período se quebra o estigma de que “algo eles teriam feito” para ter sobrevivido.

Não poderíamos deixar de encerrar essa seção sem indicar outros temas que seguem intocáveis quase como tabus por diferentes razões. Já citamos a participação feminina na repressão, mas podemos ainda identificar a violência sexual contra os homens durante o período de detenção e o uso da violência pelas esquerdas.⁹⁸

Ditaduras, violência política e direitos humanos: considerações finais

O trio *ditadura, violência política e direitos humanos* deixou marcas profundas em nossa história e continua a ser discutido dentro e fora da academia, demonstrando que ainda há muito a refletir sobre ele. Pouco a pouco a abordagem foi se transformando, acompanhando não apenas a própria evolução da historiografia, mas também a formação de novos historiadores, que se voltam de forma mais aberta ao período. Além disso, a própria sociedade se dirigiu para a ampliação do debate sobre direitos humanos, rompendo a visão estritamente política de seu início na região (Quadrat, 2008). Isso quer dizer que a tortura e a arbitrariedade das forças de segurança acabaram com as ditaduras? Não! Esse ainda é um aspecto importante na construção permanente da democracia na região.

⁹⁸ É o caso da polémica gerada a partir de uma reportagem publicada na revista *La Intemperie*, entre outubro e novembro de 2004, em que Héctor Juvé, ex-militante, falava abertamente sobre o *sustigamiento* de dois jovens pela esquerda. Em dezembro de 2004, uma carta de Oscar de Barco, intelectual respeitado, fazia uma dura crítica à luta armada. A polémica gerada pela carta foi analisada por Araújo (2010b). Disponível em: <www.encontro2010.historiaonal.org.br/resources/analisis/21279665827_arquivo_textocompleto.htm#madad.pdf>.

Os Estados seguem ainda, em menor ou maior escala, variando de momento a momento, sendo pressionados por respostas sobre o período ditatorial. Perguntas que continuam no ar e ganham maior força em momentos de enfrentamentos. Na Argentina, as leis do Ponto Final (1986) e de Obediência Devida (1987) foram consideradas inconstitucionais durante o governo de Néstor Kirchner, em 2003.⁹⁹ Com isso, desde então, os tribunais encontram-se repletos de processos, inclusive sobre os crimes cometidos pré-golpe pela Triple-A, outro caso que enfrenta resistência entre os interessados no tema.¹⁰⁰ Contudo, o desaparecimento, em 2006, de Julio López, testemunha importante no processo contra Miguel Echecolatz, deixou a dúvida sobre até onde as forças de repressão, de extrema direita, haviam sido neutralizadas. No Chile, Augusto Pinochet faleceu em 2006 sem ser responsabilizado por seus atos, mas vários juristas buscaram brechas legais para punir os acusados de violações de direitos humanos,¹⁰¹ driblando assim a anistia de 1978, que ainda é válida, levando para a prisão nomes importantes da repressão, como Manuel Contreras, ex-chefe da Dina, condenado à prisão perpétua.¹⁰²

Em nosso país, apesar da condenação moral e política de Carlos Brilhante Ustra, em 2008, o Supremo Tribunal Federal, dois anos depois, negou uma nova interpretação da anistia de 1979, na qual não se incluíam os agentes do Estado responsáveis pelos crimes de violações dos direitos humanos. Isso deixa claro que nesse aspecto ainda estamos muito atrás dos países do Cone Sul.

Quando eu terminava este texto, o Brasil e outros países da América Latina (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Honduras, México, Paraguai e Uruguai) ratificaram a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados da ONU. A convenção precisava de 20 ratificações para entrar em vigor. Coube ao Iraque ser o 20º país. No entanto, nem todos os países das Américas ratificaram o documento, e o Brasil, mesmo o tendo feito, não reconheceu a competência do Comitê da ONU para receber diretamente as denúncias quando o Estado brasileiro não cumpriresse

⁹⁹ Um excelente estudo sobre a trajetória argentina é o artigo de Jelin (2008).

¹⁰⁰ As violações dos direitos humanos ocorridas no pré-golpe levaram à justiça María Escala Perón, mas em 2008 as ações não foram consideradas de lesa-humanidade pela justiça da Espanha, onde ela vive, e por isso foram consideradas prescrites e a extradição recusada.

¹⁰¹ Juan Guzmán Tapia (2003) é integrante da Corte de Apelações chilena que, a partir de 1998, começa a instruir vários processos contra Pinochet.

¹⁰² Sobre os processos nacionais e internacionais, ver Quadrat (2009b).

suas obrigações. Todas essas questões deixam clara a trajetória inconclusa dos direitos humanos na América Latina.

Referências

- ACTIS, Munit et al. *Essé inferno*. Buenos Aires: Altamira, 2006.
- ACUÑA, Carlos H.; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: ACUÑA, C. et al. *Juicio, castigos y memorias*: derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- AGEE, Philip. *Diário da CIA*. São Paulo: Circulo do Livro, 1976.
- AGEJO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: rico, C. et al. (Orgs.). *Dictadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- AGUIERO, Felipe. *Brechas en la democratización*: las visiones de la élite política sobre las Fuerzas Armadas. Santiago: Flacso-Chile, 1998 (Nueva Serie Flacso).
- _____. Militares, Estado y sociedad en Chile: mirando el futuro desde la comparación histórica. *Revista de Ciencia Política*, v. XXII, n. 1, p. 39-65, 2002.
- _____. 30 años después: la ciencia política y las relaciones Fuerzas Armadas, Estado y sociedad. *Revista de Ciencia Política*, v. XXIII, n. 2, p. 251-272, 2003.
- ACUÑA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedad en Rosario 1976-1983*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- AHUMADA, Eugenio et al. *Chile: la memoria prohibida — las violaciones a los derechos humanos 1973-1983*. Santiago: Peñuén, 1989, 3 v.
- ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Herança maldita. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 59, p. 29-33, ago. 2010a.
- _____. Memórias comparadas das escuras no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10. Anais... Pernambuco, abr. 2010b. Disponível em: <www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1720665827_arquivo_textocompletolurarmada.pdf>.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARTIGAS, Edda; LARCO, Eliana; PALESTRA, Sandra. *Una historia necesaria: mujeres en Chile — 1973-1990*. Santiago: Ali & Aora, 1994.

- ARTIGAS, José. *Exiliados, emigrados y retornados*. Santiago: Ril, 2006.
- AUSSARRESSES, Paul. *Services Spéciaux — Algérie — 1955-1957*. Paris: Perrin, 2001.
- _____. *Je n'ai pas tout dit*. Paris: Rocher, 2008.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Uesp, 2002.
- BANDERA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Fórmula para o caos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BOCCIA, Alfredo; GONZÁLEZ, Myriam; PALAU, Rosa. *Es mi uniforme*. Asunción: CDE, 1994.
- BONASSO, Miguel. *Recuerdo de la muerte*. Buenos Aires: Planeta, 1984.
- ROUSQUET, Jean-Pierre. *Las locas de la Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid, 1980.
- BRITO, Alejandra et al. (Orgs.). *Las políticas hacia el pasado*. Madrid: Istmo, 2002.
- CALLONI, Stella. *Los años del lobo*. Buenos Aires: Peña Lillo e Continente, 1992.
- CAVEIRO, Pilar. *Padre y desquarición*. Buenos Aires: Colihue, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. Os regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Palheiro, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARVALHO, Luiz Maldouf. *Milheiros que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1999.
- CATELA, Ludmila. De eso no se habla. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, v. 2, n. 24, p. 69-75, 2000.
- _____. *Situación-límite e memória*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. Territorios de memoria política. Los archivos de la represión en Brasil. In: CATELA, Ludmila; JILIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión*: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- _____. The stigma of memory in Umbayá-Jujuy. *Laboratorium*, v. 2, n. 3, p. 305-326, 2010.
- _____. JILIN, Elizabeth (Comp.). *Los archivos de la represión*: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- CELIBERTI, L.; GARIBO, L. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: Arca, 1989.
- СОВИНО, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- COLLIER, David. Resumo do modelo autoritário-burocrático. In: COLLIER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

- _____. (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.
- COMUDR, J. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISIÓN DE ENTREGA DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Hatun Willakuy*. Lima, 2008.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS/LEVE. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- CORDEIRO, Janaina. *Direitas em movimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CORREIA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca más*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- CUEVAS, Victor; ROJAS, María; BAEZA, Paz. *Comisiones de la verdad: un camino incierto?* Santiago: Codepu, 2003.
- DINCES, John. *The Condor years*. New York: The New Press, 2004.
- DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Pernambuco: Governo do Estado, 1995.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUNHALD, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: El Caballito, 1983.
- FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar. *Políticas de la memoria y memoria de la política*. Madrid: Alianza, 2008.
- FERRERIA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERRERA, Mariana de M. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Anton O.; VELLOSO, Monica; PESAVENTO, Sandra (Orgs.). *História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *O grande irmão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FINER, Samuel E. *The man on horseback*. New Jersey: Transaction, 2002.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- GARCÉS, Mario; NICHOLLS, Nancy. *Pana una historia de los DD.HH. en Chile*. Santiago: LOM/Fasic, 2005.
- GASPARI, Elío. *A ditadura escamoteada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GELLATREY, Robert. *No solo Hitler*. Crítica: Barcelona, 2002.
- GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- GORTIN, Ulises. *La otra lucha*. Buenos Aires: Norma, 2008.
- GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: rescrevendo o futuro. *Historia Oral*: revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 3, p. 7-24, jun. 2000.
- HUNEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2001.
- _____. *Chile, un país dividido*. Santiago: Catalonia, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Blixx, 1996.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.
- INFORME Rettig: informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Santiago: La Nación/Ediciones Del Ornitorrinco, 1991.
- JACUARIWE, Helio. *Brasil: crises e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- JELIN, Elizabeth (Comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- _____. La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial. In: FICO, C. et al. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- _____. ; KAUFMAN, Susana. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- JENSEN, Silvína. *La provincia faltante*. Barcelona: Fundacion Casa América Catalunya, 2007.
- KATZ, Claude. *Chile bajo Pinochet*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- KERSHAW, Ian. *La dictadura nazi*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- KOBYLICH, Peter. *Los EEUU y el deterioramiento de Alemania*. Santiago: Ediciones B, 2003.
- KOUTZU, Flávio. *Padres de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- LABOURIE, P. *L'opinion française sous Vichy: les français et la crise d'identité nationale 1936-1944*. Paris: Seuil, 2001.
- _____. *Les français des années troubles: de la guerre d'Espagne à la Libération*. Paris: Seuil, 2003.
- LAGÔA, Ana. *SNL: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LANGGUTH, J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- LINZ, Juan J. An authoritarian regime: Spain. In: ALLARDT, Erik; LITTONEN, Ygo (Eds.). *Cleavages, ideologies and party systems*. Helsinki: Westermarck Society, 1964. p. 291-342.
- _____; STEFAN, Alfred. *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1978.
- _____. *A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- LÓPEZ, Ernesto. *Seguridad nacional y sedición militar*. Buenos Aires: Legasa, 1987.
- LOVITCH, Daniel. Historia reciente de pasados traumáticos. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florencia (Comps.). *Historia reciente*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- _____. Bisquert, Jaqueline. *La cambiante memoria de la dictadura*: discursos políticos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Los Polverines: UNGS/Biblioteca Nacional, 2008.
- MARIANO, Nilson Cezar. *As garras do condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas*: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Mimeogr.
- _____. *Palácio e a caserna*. São Carlos: UFSCar, 1996.
- _____. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 1, p. 179-203.
- MATOS, Meira. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- MCSHERRY, Patrice. *Los Estados deprecadores*: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina. Santiago: LOM, 2009.
- MIRANDA, Nilmario; TRIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MUSEDAK, D. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- NAEFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- NUNCA más en Chile. Santiago: LOM, 1999.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- _____. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OBERTI, Alejandra. Memórias y testigos. Una discusión actual. *Políticas de la Memoria*, n. 8/9, Buenos Aires, 2008.
- PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.

- PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PINO, Ponciano Del; JELIN, Elizabeth (Eds.). *Linhas locais, comunidades e identidades*. Madrid: Siglo XXI, 2003.
- POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 1999.
- POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1994.
- _____. 1994.
- POWER, Margaret. *La mujer de derecha*: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.
- QUADRAT, Samantha. *A repressão sem fronteiras*: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. Tese (doutorado) — PPGH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- _____. A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina. In: PICO, C. et al. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 361-395.
- _____. Para Tata, com carinho! A boa memória do pinochetismo. In: AZEVEDO, Cecilia et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009a. p. 399-418.
- _____. Violência política e justiça sem fronteiras. In: SANTOS, Cecília; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009b. v. 1, p. 250-266.
- _____. (Org.). *Caminhos cruzados*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- REIS FILHO, Daniel Araújo. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e a construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROJAS, Maria Eugenia. *La represión política en Chile*. Madrid: Iepala, 1988.
- ROJAS, Paz et al. *Todas formas a ser reinas*. Santiago: LOM/Codopu, 2002.
- ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radures*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____.; QUADRAT, S. Apresentação. In: _____.; _____. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- RONIGER, L.; SZNAJDER, M. *O legado de violações dos direitos humanos no Cone Sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- _____. *O Extremo-Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
- SÁBATO, Ernesto (Org.). *Nunca más*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- _____. *Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009a.
- _____. *História de meninas e meninas marcadas pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009b.
- _____. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Lula, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
- SEISER, Gregorio. *De cómo Nixinger desestabilizó a Chile*. Buenos Aires: Hernández, 1975.
- SERPÁJ, *Uruguay nunca más*. Montevideo: Serpaj, 1989.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional*. o Poder Executivo e geopolítica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SIRKIS, Alfredo. *Kolcha chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- СПЕКТОР, Матias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- STRAPP, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- _____. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Repenhando a los militares en política*. Buenos Aires: Planeta, 1988.
- STERN, Steve. De la memoria suelta a la memoria emblemática. In: GARCÉS, M. et al. (Comps.). *Memoria para un nuevo siglo*. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- TRAPIA, Juan Guzmán. *En el borde del mundo*. Barcelona: Anagrama, 2005.
- TIMBERMAN, Jacobo. *Prisionero sin nombre, celda sin número*. Nueva York: Vintage Books, 1982.
- VALDÉS, Hernán. *Tejas verdes*. Santiago: LOM, 1996.
- VALDÉS, Jorge A. Tapia. *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.
- VERDUGO, P. *A camuflada da morte*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____. *Chile — 1973: como os EUA derrubaram Allende*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- VIZZETTI, Hugo. *Pasado y presente*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- VICENTE, Néstor. *Augusto Conte: padre de la Plaza*. Buenos Aires: Galerna, 2006.
- ВЕРФОРТ, Франсиско. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ВЕСЧЛЕР, Lawrence. *Um milagre, um milagre*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- YANKELÉVICH, Pablo; JENSEN, Silvana (Orgs.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. México: Libros El Zorzal, 2007.